

A. I. N° - 299167.0055/03-6
AUTUADO - PANIFICADORA COSTA AZUL LTDA.
AUTUANTE - MARIA DE FATIMA FERRAZ SILVA GUIMARÃES
ORIGEM - INFAZ IGUATEMI
INTERNET - 01.04.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0093-02/04

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. **a)** RECOLHIMENTO EFETUADO A MENOS. **b)** FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Contribuinte não comprovou o recolhimento do imposto exigido. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 30/12/2003, refere-se à exigência de R\$1.821,49 de imposto, mais multa, tendo em vista que foram constatadas as seguintes irregularidades:

1. Recolhimento efetuado a menos, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no SIMBAHIA, período de dezembro de 2002 a setembro e novembro de 2003.
2. Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no SIMBAHIA, mês de outubro de 2003.

O autuado apresentou tempestivamente impugnação à fl. 15 dos autos, alegando que de acordo com o valor de seu faturamento seria microempresa, mas, pelo fato de um dos sócios, a Sra. Tereza Maria Leony Sampaio fazer parte de outra empresa, a Marsam Indústria e Comércio Ltda., inscrição estadual 57.822.079, passou para Empresa de Pequeno Porte. Disse que recebeu correspondência da Infaz informando que o recolhimento das Empresas de Pequeno Porte não poderia ser inferior a R\$460,00, e se a empresa tivesse filiais ou sócios que fizessem parte de outras empresas os valores da soma de seus recolhimentos não poderiam ser inferior a R\$460,00. Por isso, entende que deve ser cancelado o Auto de Infração.

A autuante apresentou informação fiscal mantendo o Auto de Infração, dizendo que o autuado não apresenta nenhum argumento capaz de elidir a acusação fiscal.

VOTO

O Auto de Infração trata de recolhimento efetuado a menos e da falta de pagamento do imposto, na condição de Empresa de Pequeno Porte, inscrita no Regime Simplificado de apuração do ICMS (SIMBAHIA), no período de dezembro de 2002 a novembro de 2003, cujo recolhimento está previsto no art. 387-A, do RICMS/97.

O Regime Simplificado de Apuração do ICMS – SIMBAHIA, foi instituído pela Lei nº 7.357, de 04/11/98, regime que consiste no tratamento tributário diferenciado e simplificado aplicado a categorias de contribuintes do ICMS, como microempresa, empresa de pequeno porte e ambulantes, sendo exigido que os interessados em adotar este tratamento tributário, se enquadrem nas condições e limites fixados na lei, implicando renúncia expressa à utilização de quaisquer créditos fiscais.

A legislação prevê que o imposto devido pela Empresa de Pequeno Porte é estabelecido em função da receita bruta ajustada, e o valor a ser recolhido mensalmente é calculado mediante aplicação de percentuais indicados no RICMS-BA sobre a receita bruta mensal.

No caso em exame, o contribuinte apresentou o entendimento de que o recolhimento das Empresas de Pequeno Porte não poderia ser inferior a R\$460,00, e se a empresa tivesse filiais ou sócios que fizessem parte de outras empresas os valores da soma de seus recolhimentos não poderiam ser inferior ao referido valor.

De acordo com o inciso II, do parágrafo único, do art. 387-A, do RICMS/97, o imposto mensal devido pela Empresa de Pequeno Porte, não poderá ser inferior ao valor estabelecido para as microempresas, fixado entre os limites indicados no inciso VIII do art. 386-A do RICMS/97, ou seja, R\$460,00, independente da receita bruta de cada mês. Portanto, o limite determinado na legislação é correspondente a cada estabelecimento, haja vista que se leva em consideração a soma dos estabelecimentos somente para fixar a receita bruta anual ajustada para fins de cotejo com os limites estabelecidos no art. 384-A do RICMS/97.

Assim, considerando corretos os cálculos efetuados pela autuante à fl. 05 dos autos, entendo que está caracterizada a infração apurada, sendo devido o imposto exigido, conforme previsto na legislação vigente.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **299167.0055/03-6**, lavrado contra **PANIFICADORA COSTA AZUL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.821,49**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 3, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de março de 2004.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR